

RADAR

favela

COVID-19

edição 15

Jan | Fev | Mar 2022

ACOMPANHE

A pandemia não acabou

Direito à água

O que esperar das UPPs recauchutadas



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Imagem: Day Medeiros

SUMÁRIO

- 3 APRESENTAÇÃO**
- 4 MEGAFONE**
- 6 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS E PERIFERIAS?**
- 7 A FAVELA PARA TURISTAS X A FAVELA PARA OS MORADORES**
Day Medeiros
- 11 TESTEI POSITIVO PARA COVID-19 E AGORA?** **Elaine Marcelina**
- 14 PERIFERIA BRASILEIRA DE LETRAS - UMA REDE NACIONAL DE COLETIVOS LITERÁRIOS PERIFÉRICOS PARA REIVINDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA** **Felipe Eugênio e Mariane Martins**
- 18 QUE RUÍDO FOI ESSE? Série: “Poluição sonora nas favelas, é preciso falar sobre isso!”** **Fábio Monteiro**
- 21 MEMÓRIAS DOS TERRITÓRIOS/TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS**
- 21 ENTREVISTA COM JOYCE SOARES – MORADORA DE MANGUINHOS**
Por Paloma Nunes
- 23 DEBATES**
- 24 COMO GARANTIR QUE A ÁGUA CHEGUE AO CONSUMIDOR FINAL COM QUALIDADE?** **Fábio Monteiro**
- 28 ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**
Rejany Ferreira dos Santos
- 31 RIO: O QUE ESPERAR DAS UPPS RECAUCHUTADAS**
Sonia Fleury e Juliana Kabad
- 35 MOBILIZAÇÕES**
- 36 LUGAR DE FAVELADO É ONDE ELE QUISER, INCLUSIVE NA UNIVERSIDADE** **André Lima**
- 39 EXPEDIENTE**

APRESENTAÇÃO

Radar COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

Imagem: Paulo Roberto Ribeiro



MEMEFONE GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

ARRECAÇÃO EMERGENCIAL PARA AS FAMÍLIAS AFETADAS PELAS FORTES CHUVAS NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO:

A Teia de Solidariedade Zona Oeste realiza uma arrecadação emergencial para dar suporte às emergências decorrentes das fortes chuvas, sobretudo com recursos de água potável, produtos de limpeza e alimentação. A campanha é realizada como uma ação emergencial de solidariedade de classe, em paralelo com a pressão política para cobrar ações do poder público. “Não temos condições nem intenção em assumirmos o papel assistencial do Estado”, afirma a Teia de Solidariedade em suas redes sociais. O pix para doações é: mulheres.cpmzp@gmail.com (Equipe Radar a partir das redes sociais do Teia de Solidariedade Zona Oeste)

CHACINA DA BAIXADA COMPLETA 17 ANOS E FAMILIARES REALIZAM ATO EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS:

No último dia 31 de Março de 2022, quinta-feira, familiares vítimas da chacina da Baixada Fluminense reuniram-se na praça Nossa Senhora da Conceição, em Queimados, para lembrar e homenagear seus entes queridos no que completou 17 anos da chacina que devastou famílias e encerrou a vida de 29 pessoas. (Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial)

O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS E PERIFERIAS?



Imagem: Paulo Roberto Ribeiro

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas e periferias?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

A FAVELA PARA TURISTAS X A FAVELA PARA OS MORADORES

Day Medeiros, Professora e Ativista Sociocultural



Imagem: Day Medeiros

Ano novo, variante nova, o que não é novo é o tratamento dado a população favelada no Rio de Janeiro. Em pleno surto de contágio da Omicron, ficou ainda mais evidente para mim a discrepância entre o Vidigal para os turistas e o Vidigal para os moradores. Posto de Saúde superlotado, filas de mais de 4 horas de espera para testagem, quadro de funcionários reduzidos por contágio entre quem está na linha de frente. A falta de estrutura do posto também é um problema, o posto que se divide em duas partes, não tem espaço de espera para quem

precisa usar o serviço de saúde. Para aguardar o atendimento, as pessoas se espremem nos becos laterais ao posto, sem ter onde se sentar, expostas ao sol ou a chuva e sem distanciamento para evitar o contágio de doenças virais como a Covid. Exposto também está o fato de o poder público mesmo que diante do turismo, ainda mantém a favela sob sua ausência.

Durante a alta de contágio na primeira semana de janeiro, procurei o posto para testagem a pedido da empresa em que trabalho, no mesmo dia mais de 150 pessoas testaram positivo como eu. Adultos e crianças receberam o mesmo tratamento, mesmo que a vacinação ainda não tivesse chegado para os menores de 12 anos, na parte em que estruturaram o setor

de atendimento para quem chega com os sintomas de covid, nos fundos do posto, mães com bebês de colo esperaram o atendimento e por diversas vezes desistiram para recorrer à UPA da Rocinha. Adultos que recorreram a alguma orientação para não se expor a fila desnecessariamente, não tiveram atendimento adequado. Por vezes vi casos de destrato por parte da equipe, que por sua vez se desdobrou para dar conta da demanda imensa com pouquíssima estrutura de espaço e de serviço.



Imagem: Day Medeiros

Ainda que com a vista privilegiada que faz com que a favela do Vidigal esteja entre os lugares do Rio com os valores mais altos do metro quadrado, os mais de 13 mil habitantes (segundo o Censo de 2010) que em sua maioria são proletários e informais com renda baixa, lidam diariamente com a falta do serviço público de qualidade, não só na saúde, mas também a falta de transporte público obriga os trabalhadores a se esmagarem nas vans que ligam a favela ao metrô e carregam quase aproximadamente 40 pessoas nos horários de pico, sem nenhuma condição de manter os protocolos sanitários da pandemia. O fechamento da única via de acesso a comunidade complica ainda mais a saída dos moradores para o trabalho durante a semana, a creche e a escola municipal que atende o morro está em situação precária de estrutura e corpo docente. E o custo alimentar é superfaturado ao preço de uma comunidade que sobrevive do turismo.

Vale ressaltar que antes de o Vidigal ser reconhecido pelo potencial turístico e seus famosos bares e festas, a favela foi uma das pioneiras na luta contra as remoções da década de 60 e que a força popular era uma forte característica da comunidade.

Uma moradora que se tornou parte do Comitê de Saúde da Prefeitura do Rio vem reunindo assinaturas para a transferência do posto de saúde para um local com melhor estrutura. Aos gritos para ser ouvida pela população que sofre em pé na fila do posto, contou sobre o projeto que nunca saiu do papel, pediu que os moradores cobrem dos políticos que chegam no morro as vésperas das eleições prometendo favores em troca de votos e que mobilizem a vizinhança para ir até a associação de moradores onde é possível ter acesso a um abaixo assinado que será entregue à Secretaria Municipal de Saúde.

Concluo com um trecho da canção Vidigal do multiartista Sérgio Ricardo que é referência de luta no Vidigal e que inspira a mobilização popular para garantir seus direitos de sobrevivência:

“Se vem o mal

Toda favela se levanta

Seja lá quem for se espanta

Se vem tirar chinfra de lei

Sua tramóia já sei de cor

Só porque tem seu poder

Pensa que pode mais que um sofredor

Tramar tramou

Mas se derrubou

Não se brinca com o poder

Que o poder do povo é bem maior”



Pelo serviço público de qualidade, trabalhadores e moradores da favela do Vidigal, uni-vos!

TESTEI POSITIVO PARA COVID-19. E AGORA?

Elaine Marcelina, moradora de Campo Grande, agente de combate à endemias, escritora e militante do Movimento Negro Unificado.



Imagem: Acervo Fiocruz Imagens

Rio, 15/2/2022.

Venho relatar minha saga após testar positivo para Covid-19, no dia 9 de janeiro de 2022. Sou Elaine Marcelina, funcionária do Ministério da Saúde, sou Agente de Combate à endemias, tenho as três doses da vacina, e por estar há cinco anos sem aumento de salário com esse governo nefasto, estou sem plano de saúde. Eu tinha o CAPESAÚDE, até 2019. A última fatura em agosto de 2019 foi de R\$ 900,00, não pude

pagar e estou sem plano até o momento, como muitos de meus colegas e como a maioria da população brasileira. Qual a relevância de falar sobre a falta que faz esse aumento? Em minha opinião, toda.

Eu trabalhei no dia 8 de janeiro, na escriba da vacinação de covid-19, no meu setor de trabalho em um Posto de saúde na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde moro. Fui para casa no fim do plantão, descansei, e tudo bem. Na manhã do dia 9 de janeiro de 2022, amanheci com dor na garganta e pensei: “será que estou com Covid? Vou fazer o teste quando chegar na Unidade amanhã”. No fim do dia iniciei falta de ar, fui para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e, como passava das 18h, já havia acabado o teste, fui atendida, minha pressão estava alta, e fui orientada a voltar no dia seguinte para o teste.

Fui até outra UPA, nesta fui atendida e fiz o teste, deu positivo e pelos meus sintomas, a médica me deu 10 dias e aconselhou que eu voltasse a qualquer momento se tivesse falta de ar. Fui para casa. No dia seguinte iniciei a medicação, minha filha de 17 anos também testou positivo para Covid-19, ela com sintomas mais brandos do que o meu, pois tenho comorbidades (cardiomegalia, hipertensão severa e diabetes). Na terça-feira eu amanheci com muita falta de ar, voltei à UPA, fiquei internada por dois dias, entrei no Sistema Estadual de Regulação (SER), depois tive uma pequena melhora. Me deram alta, pois estavam chegando pacientes mais graves. A sala que eu estava só comportava três pessoas e já estava com quatro. O sistema está falido, caótico, os profissionais de saúde fazem o que pode com pouco recurso.

Depois da minha alta, voltei para casa bem debilitada, porque meu pulmão tinha resquícios da influenza (gripe), que tive no fim do Covid-19, por isso a falta de ar. A orientação é se alimentar bem, tomar bastante suco e repousar. Consegui fazer isso. Os primeiros dez dias o gasto foi grande. Será que o morador da favela, ou pessoas desempregadas conseguem se cuidar neste período? Digo isto porque vários familiares meus, moradores de Bangu, tiveram Covid-19 e tiveram muitas

dificuldades para comprar medicamentos que, por vezes, faltavam nas unidades de saúde, e o suco? A boa alimentação, se a pessoa for camelô? E o repouso? Sem contar que este governo demorou a vacinar a população, por isso de tantas variantes, além de fazer campanha contra a vacinação. Retrocedemos muito com esta gestão de governo irresponsável e quem paga está conta é a população pobre, que morre nos leitos de hospitais, ou ficam com outras doenças, pois a Covid-19 deixa sequelas.

Este relato é um alerta para que todos se vacinem, para que toda população exija um bom tratamento de saúde na rede pública, pois isso não é um favor e sim dever do estado. Estamos vivendo há mais de dois anos uma pandemia, isso muda tudo em nossas vidas, muitas pessoas ficaram depressivas por estarem trancadas em casa, pela perda de familiares e amigos, ou por ver o noticiário. E não se enganem, ainda não acabou, se cuidem, usem máscara, façam seu protocolo de higiene ao sair de casa, porque após testar positivo para Covid-19, você vira estatística; estatística esta que nem sempre é olhada com responsabilidade por nossos governantes. O que fazer? No meu caso, uso a caneta, a escrita, alerta como posso, ache sua forma de protestar contra tudo isto que está posto neste momento, não só no Rio de Janeiro, mas no Brasil e no mundo.



Imagem: Acervo Fiocruz Imagens

PERIFERIA BRASILEIRA DE LETRAS (PBL) - UMA REDE NACIONAL DE COLETIVOS LITERÁRIOS PERIFÉRICOS PARA REIVINDICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA

Felipe Eugênio e Mariane Martins, coordenadores da PBL/
Cooperação Social da Presidência da Fiocruz

A ideia da Periferia Brasileira de Letras (PBL) nasceu a partir de investigações que o Ecomuseu de Manguinhos/Redeccap fez sobre literatura e formação cidadã em parceria com a Cooperação Social da Fiocruz. Podemos dizer que a existência de novos autores vindos das periferias interfere na esfera pública? E quando aumentam os leitores nessas mesmas periferias, é possível dizer que serão melhores as condições para o exercício da cidadania? A resposta para as duas perguntas é sim. Mas não é tão simples. Mais autores e mais leitores periféricos não resolvem os problemas relacionados à saneamento básico ou de segurança pública, para ficar com dois exemplos. Porém - e isso é possível afirmar - trata-se de um direito



Imagem: Acervo PBL

acessar e criar literatura. Um direito humano, como diria o sociólogo Antônio Cândido.

A escrita na história da humanidade determina lugares de poder, de quem tem suas narrativas contadas, impressas e distribuídas. A literatura nos territórios populares muitas das vezes não encontra modos de se materializar devido à falta de acesso aos livros, ao hábito da leitura e ao incentivo à criação literária. Afinal, quem tem direito ao ócio para a escrita criativa numa sociedade de capitalismo periférico? Dado que é necessário existir políticas públicas para suprir essas demandas sobre o universo da leitura nos territórios periféricos, e que tais políticas públicas ganham força reivindicatória a partir da participação popular, a Cooperação Social da Fiocruz – que trabalha com modos de aumentar democracia em favelas – se fez parceira do Ecomuseu de Manguinhos, e desenhou um projeto que pudesse lidar, simultaneamente, com oito regiões metropolitanas do Brasil. É quando a PBL se materializa como um projeto da Cooperação Social da Fiocruz.

Como o livro, a leitura e a literatura encontraram meios de mobilizar pessoas nos territórios de favelas e periferias? Isso tem acontecido em muitas e muitas favelas brasileiras. Aí moram as pistas sobre novos modos de participação popular no espaço público. Além da compreensão de que a escrita, especificamente a escrita periférica, ao existir ajuda a ocupar o imaginário das pessoas com histórias normalmente invisibilizadas, é importante entender também a força de organização popular que a literatura tem promovido.

Com a PBL se identificou que os coletivos e grupos literários nas favelas são um tipo de sujeito político arejado e instigante. Olhem para as rodas de slam, para os saraus, para os clubes de leitura.

Fortalecê-los, ajudando na formação de uma rede entre eles, significa aumentar suas capacidades para interlocução com o poder público:

esse é o coração do projeto Periferia Brasileira de Letras.

Imagem: Acervo PBL



<https://portal.fiocruz.br/en/noticia/fiocruz-divulga-lista-de-coletivos-selecionados-para-o-projeto-periferia-brasileira-de-1>

Em suma, a PBL propõe a criação de uma rede de coletivos literários em 8 capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Fortaleza, Salvador e Recife) para reivindicação de políticas públicas no campo da leitura, livro e literatura adequadas às demandas por direitos dos seus territórios.

Para isto, os coletivos literários participarão durante quatro meses de encontros virtuais divididos em três etapas: 1) Curso para a rede PBL ampliar sua participação na construção de políticas públicas sobre o livro, leitura e literatura para territórios periféricos; 2) Produção de um documentário que registre a experiência dos coletivos e que registre a diversidade literária produzida em diversas regiões do Brasil; 3) Criação de um Fórum e a construção de uma agenda coletiva de articulação política e cultural da rede Periferia Brasileira de Letras para 2023.

O projeto tem também o objetivo de colaborar para o aprofundamento de um campo que seja agregador das diversas literaturas existentes no Brasil,

dando visibilidade aos coletivos e grupos participantes dessa rede e, mais ainda, à diversidade da produção da criação literária de favela e periferia.

Com exposições, residências literárias, rodas de leitura, publicação de livros e festivais culturais, a Cooperação Social da Fiocruz e o Ecomuseu de Manguinhos demonstraram, ao longo da última década, que as classes populares não apenas fazem boa literatura, como querem mais, querem para si o direito de contar sua história a partir da sua própria perspectiva, sendo desta vez autores e não apenas personagens – estes, muitas vezes estereotipados pela visão do outro. Acreditamos que este movimento, que se instaura sob o nome Periferia Brasileira de Letras, pode contribuir para o debate público sobre a importância da democratização do livro, da leitura e literatura brasileira. A leitura é indispensável para se estar no mundo. Não apenas a leitura das palavras impressas no papel, mas ainda as narrativas que nos atravessam cotidianamente em jornais, redes sociais, novelas, filmes, entre outros meios. Saber ler é imprescindível para o exercício da nossa cidadania.

“

QUE RUÍDO FOI ESSE?

Série “**Poluição sonora nas favelas, é preciso falar sobre isso!**” por **Fábio Monteiro**, Engenheiro ambiental sanitarista e integrante do Conselho Comunitário de Manguinhos.

Na edição anterior do Radar/Fiocruz, a matéria “Que tiro foi esse?” abordou o tema da poluição sonora a partir de uma demanda de moradores a respeito dos constantes ruídos advindos do estande de tiros da Cidade da Polícia. Como relatado por moradores e trabalhadores locais, o ruído causa transtornos psicológicos e impacta negativamente o desenvolvimento de estudantes nos equipamentos escolares e culturais próximo ao local. Fato é que quando falamos de ruídos em favelas, o estande de tiros em Manguinhos é somente um deles. Para quem mora e trabalha em território de favelas, a poluição sonora é sem dúvidas um grande problema local e ainda longe de ser solucionado. É necessário falar sobre isso!

A primeira coisa que precisamos entender é o significado de ruído.

O que é ruído?

“Ruído é uma sensação desagradável: som indesejável que perturba a segurança, o bem-estar e a saúde das pessoas. O conjunto destes ruídos chamamos de poluição sonora.”

Em se tratando de poluição sonora, há muitos ruídos que incomodam além dos sons dos tiros, como por exemplo o som do trânsito constante nas vias que cortam as favelas e o som dos bailes funks realizados ao ar livre na região.

A legislação vigente define limites de níveis de decibéis para garantir a saúde como podemos ver no quadro abaixo, apresentado pela professora Tarcilene, doutora em Acústica Ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante a Live “Ruídos Violentos” no canal Cidades em Movimento:

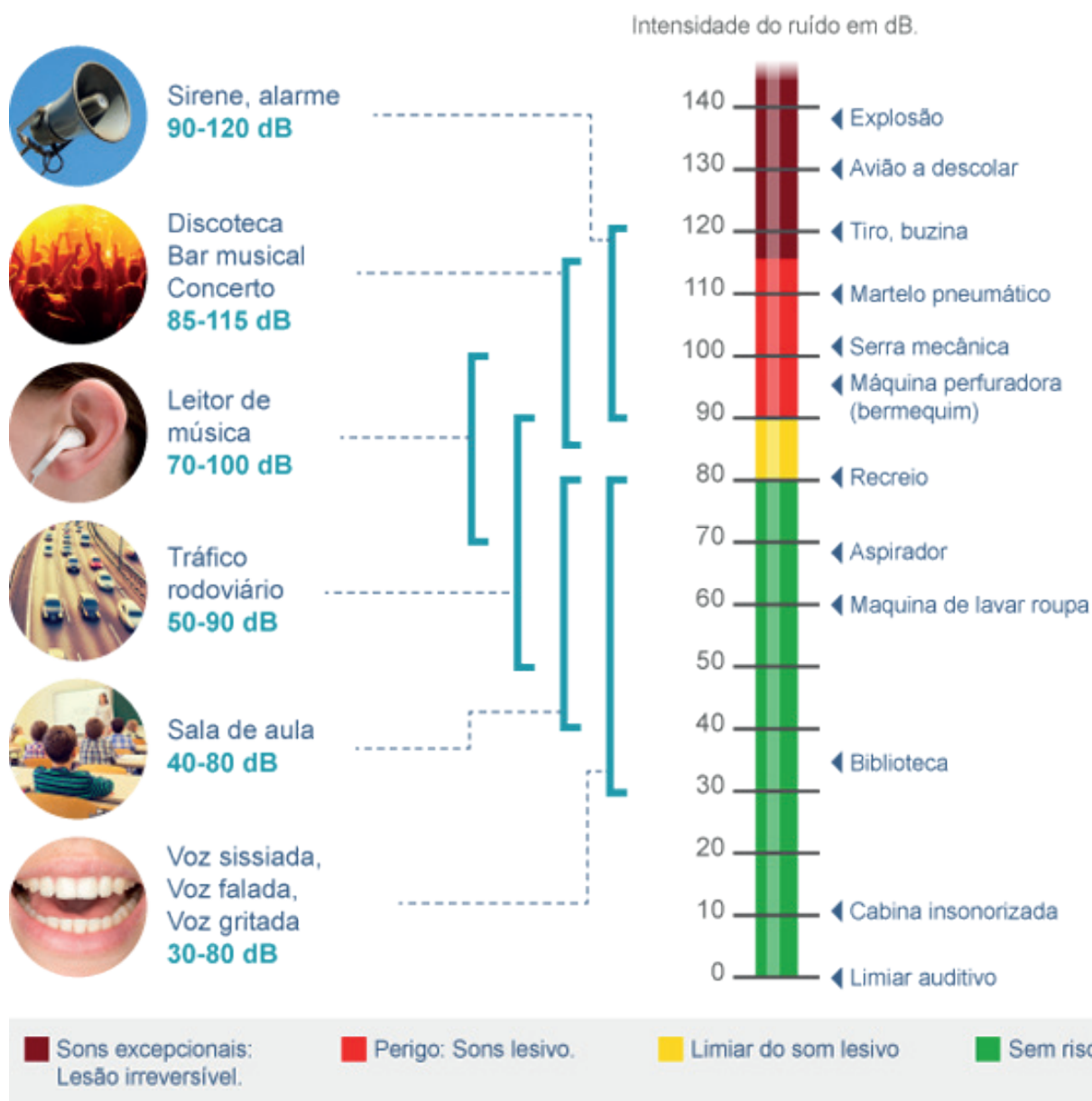


Imagem: Cochlea.org

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população mundial está exposta a níveis de pressão sonora que, potencialmente, podem causar perda auditiva induzida por ruído. Nesta perspectiva, a OMS estabelece alguns parâmetros:

- Até 50 dB pode perturbar, mas é adaptável.
- A partir de 55 dB provoca estresse, causando dependência e gerando incômodo
- 65 dB (A) com o desequilíbrio bioquímico, elevando o risco de infarto, derrame cerebral, infecções, osteoporose e outros.
- Em torno de 80 dB (A) o organismo já libera morfina biológica no corpo, provocando prazer e completando o quadro de dependência.
- Por volta de 100 dB (A) pode ocorrer perda imediata da audição.

Como estes ruídos podem impactar nossa saúde?

- Transtornos no sono
- Transtornos de aprendizagem
- Incômodo sonoro
- Efeitos sociais e comportamentais
- Transtornos digestivos
- Transtornos cardiovasculares
- Transtornos hormonais

Como podemos ver, a exposição à níveis sonoros excessivos podem causar sérios transtornos a saúde. Em nossas próximas edições, daremos continuidade a esta série “Poluição sonora nas favelas, é preciso falar sobre isso!”, onde nos aprofundaremos no debate abordando duas causas de poluição sonora recorrentes em territórios de favelas, como a causada pelo trânsito e bailes mesmo em espaços abertos.

MEMÓRIAS DOS TERRITÓRIOS TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS

ENTREVISTA COM JOYCE SOARES, NAIL DESIGNER E MORADORA DE MANGUINHOS

Por **Paloma Nunes**, estudante de Administração



Imagem: Joyce Soares

Desde quando você trabalha como Nail Designer?

Eu trabalho como Nail Designer há 7 anos, desde os meus 16. Hoje tenho 23.

O que te direcionou para essa profissão?

No começo eu fazia na brincadeira, fazia unha da minha tia, depois eu comecei a pegar amor pela profissão e fazer minhas amigas de cobaia.. uma coisa levou à outra e logo já estava atendendo à domicílio. Com isso eu vi que eu poderia conquistar minha independência financeira.

Sendo autônoma, você enfrentou insegurança financeira durante a pandemia?

No início eu tive medo por ter que fechar o estúdio por causa das normas de segurança e também por perder algumas clientes, mas eu continuei meu trabalho e até ganhei outras novas que também se reestruturaram durante a pandemia.

Com a adesão à quarentena, qual foi o impacto do tempo de isolamento no seu trabalho e na sua vida?

O maior impacto que eu sofri foi financeiro por conta da necessidade de fechar o salão.

Quais os desafios você enfrentou para exercer a sua profissão durante a pandemia?

Em um primeiro momento, eu senti muito medo de contrair a Covid por atender muitas pessoas. Também tive dificuldade na compra de materiais por conta da importação reduzida no início da pandemia.

Como você adaptou o seu trabalho à crise sanitária causada pelo covid-19?

Devido às normas de segurança, passei a exigir e utilizar máscara durante o atendimento, aderi ao uso do álcool em gel e reservei o intervalo entre as clientes para desinfetar o espaço.

Como você se sente no momento atual e qual a sua expectativa para retornar à “normalidade”?

Agora eu me sinto segura por estar vacinada e me sinto esperançosa para voltar à realidade normalmente com o avanço da vacinação.



DEBATES

Imagem: Rejany Ferreira

A seção Debates desta edição traz três textos. O primeiro, de autoria do engenheiro ambiental sanitarista Fábio Monteiro, discute como a privatização impede o acesso a água. De modo complementar, o segundo texto, de autoria da geógrafa, Rejany Ferreira dos Santos, aborda a água como direito fundamental e políticas públicas. O terceiro texto escrito por Sonia Fleury, coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco e Juliana Kabad, cientista social e mestre em saúde pública, problematiza o que esperar das UPPs recauchutadas e lançadas pelo Governo do Estado, em ano eleitoral, em dois territórios.

COMO GARANTIR QUE A ÁGUA CHEGUE AO CONSUMIDOR FINAL COM QUALIDADE?

Fábio Monteiro, Engenheiro Ambiental Sanitarista e integrante do Conselho Comunitário de Manguinhos



Imagem: Rejany Ferreira

No dia 22 de março é lembrado como o Dia da Água, porém estamos longe de comemorar este dia. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), apontam que cerca de 7,1 mil piscinas olímpicas de água tratada são desperdiçadas por dia, o que representa cerca de 6,5 bilhões de m³ por dia da água destinada à população. O mais impressionante é saber que grande parte é contaminada ou perdida no processo de distribuição, através de vazamentos pela falta de manutenção adequada, desvios ilegais, ou seja, antes mesmo da água chegar às casas. Portanto, é necessário, sim, falarmos de desperdício e consumo consciente da água pelo consumidor final, mas, mais do que isso, é necessário falar sobre políticas públicas que garantam que estes processos não desperdicem águas e, conseqüentemente, encareçam o

preço da água para quem paga por ela.

Em uma sociedade capitalista, que se apega ao preço das coisas e não ao verdadeiro valor delas, será que a privatização da água foi o melhor caminho? As empresas que compraram os blocos da Cedae, não a fizeram com o intuito de garantir o direito humano ao acesso a água potável e sim, visando lucro. Portanto, a privatização não vê o valor da água e sim o preço. Quanto será faturado? Os processos diante de uma privatização ficam limitados ao lucro, ou seja, se não houver lucro não se faz. Que empresário pagará para você ter acesso a água sem que ganhe nada por isso? Ele pode até fazer isso desde que haja lucro. Em parte, é até justo, todo trabalhador ter seu salário, isso é digno, porém empresários multimilionários, que querem lucros cada vez maiores não estão preocupados com o acesso a água e sim, com o quanto ganharão com isso: é aí que mora o problema das privatizações.

Precisamos entender que já pagamos pela água quando pagamos nossos impostos, porém, o Estado, através de seus órgãos públicos, deveria garantir que a água chegasse a todas as pessoas e, havendo necessidade de aumentar o investimento para que isso ocorra, deveria ser feito. Isso não acontece com empresas privadas; com estas, o que norteia o pensamento é justamente o lucro. Quanto eu vou ganhar se investir para que a população receba água de qualidade em sua casa? Ou quanto eu devo investir para ter o lucro que desejo? Portanto se o investimento necessário para um abastecimento de água adequado não estiver de acordo com os interesses destes empresários, não será investido. Não importa se eu e você estivermos sem água. Se quisermos ter água teremos que pagar novamente e com a tendência de que estas cobranças sejam cada vez maiores!

O que fazer? Esta é uma pergunta que muitos de nós fazemos e gostaria aqui neste artigo de fazer dois apontamentos. Neste sentido, a primeira coisa a ser feita é tratar o acesso a água potável como um direito humano e não como mercadoria. Água não é mercadoria! Tratar água

como mercadoria é desumano. Nosso corpo é composto por 70% de água. Sem água não há vida! A vida que deveria ser “de graça”, se nos aprofundarmos neste assunto, perceberemos que

uns estão pagando para viver, outros pagando para sobreviver e no que diz respeito à negligência do abastecimento e qualidade da água, dados coletados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, do Ministério da Saúde (SISAGUA), 763 cidades brasileiras, trazem substâncias químicas perigosas e em níveis alarmantes, onde podemos concluir que muitos de nós estamos pagando para morrer.

Portanto água não pode ser tratada como mercadoria.

O segundo apontamento que posso fazer é sobre investimento. Quando falamos em investimento logo pensamos em educação ambiental, estruturas, manutenção, todas estas coisas também são muito importantes, porém me refiro a um investimento inicial em gestão pública. Explico: se o Estado entrega nossos recursos naturais nas mãos de empresas para elas administrarem e elas investem pesado nisso, é porque dá lucro a elas, muito lucro por sinal, senão não o fariam. Porém, este lucro vai para o bolso dos próprios empresários investidores e não para o Estado, ou seja, um lucro que poderia voltar para o estado e ser reinvestido beneficiando cada vez mais o contribuinte, está indo “de ralo” para o bolso de grandes empresários, os deixando cada vez mais ricos, enquanto temos pessoas sem água para suas necessidades básicas.

Diante disso, vemos que o problema não está nos recursos e sim na administração. Se uma empresa consegue administrar e extrair lucro, por que o Estado não consegue? A conclusão lógica, então, é a de que há necessidade de investimento em gestão pública, para que o lucro seja reinvestido no próprio Estado e quem ganhe seja o consumidor final com uma água de qualidade, bem como o próprio Estado que, com um

abastecimento adequado desperdiçará menos, podendo futuramente realocar recursos em outras áreas como educação, cultura, esporte e lazer, geração de empregos e outros.

O terceiro apontamento é barrarmos os processos de votações no Congresso Nacional onde o chamado “Pacote da destruição” segue. Se aprovado, afetará ainda mais nossos recursos naturais, as administrações públicas e abre caminho para maiores contaminações como a proposta absurda de fim do licenciamento ambiental, os projetos de lei “PLs da Grilagem”, o “Pacote do Veneno” e a legislação que praticamente impede o reconhecimento de Terras Indígenas por meio do marco temporal. Água é um direito, precisa ser garantida com qualidade pelo Estado de forma justa e equânime para a toda população sem distinção de classes sociais.



Imagem: Rejany Ferreira



Imagem: Rejany Ferreira

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Rejany Ferreira dos Santos, Geógrafa, mestre em Dinâmicas dos Oceanos e da Terra pela Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Observatório da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha e bolsista da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.

Imagem: acervo Pessoal Rejany Ferreira



Imagem: Rejany Ferreira

A água é um bem essencial à vida na Terra e todos estamos cientes dessa importância, mas como esse bem comum é tratado no cotidiano não fazemos jus à sua importância, mesmo que existam leis e declarações que afirmem isso.

Na Declaração Universal dos Direitos da Água, o artigo 1º afirma que a água é um patrimônio mundial; o 4º afirma que o equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. No entanto, o que acontece é a não preservação desse bem tão valioso,

onde a cobertura vegetal que contribuiu para que o ciclo hidrológico se complete, é retirado no processo de desmatamento; e os rios urbanos são poluídos com o despejo de esgoto industrial e residencial sem tratamento.

O artigo 7º do direito da água afirma que ela não deve ser desperdiçada, nem poluída e nem envenenada, mas não é essa a realidade: o agronegócio brasileiro utiliza agrotóxicos (venenos) na sua produção. Usa aqui mesmo os venenos que são proibidos em outros países, contaminando águas superficiais e subterrâneas, impactando negativamente na saúde dos animais, dos seres humanos e do meio ambiente como um todo. Os garimpos e as empresas mineradoras poluem os rios despejando contaminantes com uma carga poluidora tão intensa que a população que consome essa água desses rios e/ ou dos poços artesianos desse locais apresentam a presença de metais pesados nos seus organismos.

Nos casos de contaminação da água a população que mais é impactada com esse problema são as populações vulnerabilizadas como a população indígena, quilombola, ribeirinha e a população dos territórios de favelas e periferias.

Nas áreas de territórios socioambientalmente vulnerabilizados dos grandes centros urbanos (favelas e periferias), a população tem dificuldade de ter acesso a água de forma qualificada. Em sua maioria, essa grande parcela da população não recebe água em suas residências todos os dias, a água chega de forma intermitente ou não chega e nem sempre com qualidade. Como aconteceu no primeiro ano da pandemia e no ano seguinte também com a crise da geosmina que impactou principalmente os moradores e moradoras das favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro.

Está tramitando em Brasília a proposta de emenda à constituição (PEC) 6/21 que inclui a água potável na lista de direitos e garantias fundamentais da constituição que já foi aprovado no Senado no ano passado e o texto

tramita agora na Câmara dos Deputados. O essencial a ser debatido sobre essa emenda e toda legislação existente referente ao direito a água é como será garantido para toda população, principalmente aquelas que sofrem com contaminação e falta da água, esse direito fundamental de forma qualificada. É mais do que acrescentar leis na Constituição, é garantir de verdade o acesso a esse bem fundamental à “vida”; realizar políticas públicas efetivas que façam com que a mudança realizada na Constituição e as leis já existentes virem realidade na vida da população, essencialmente daqueles grupos populacionais que sofrem com a escassez e/ou a contaminação desse recurso imprescindível para os seres humanos e para existência das diferentes formas de vidas existentes no planeta.



Imagem: Rejany Ferreira

RIO: O QUE ESPERAR DAS UPPS RECAUCHUTADAS

Sonia Fleury, coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco **Juliana Kabad**, cientista social e mestre em saúde pública.

Foram muitos os erros que levaram ao fracasso do programa de pacificação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro¹. Destacam-se a falta de planejamento da política pública, que levou a um grau exacerbado de improvisação, falta de treinamento adequado e de recursos que garantissem sua sustentabilidade, além de sua subordinação aos objetivos eleitoreiros dos políticos e aos interesses de lucratividade do mercado. A ocupação militar representou a instauração do estado de exceção nestes territórios, tendo sido identificada como pacificação apenas pela mídia e pelas classes médias e altas, ignorando os complexos problemas na raiz do crescimento da violência urbana.

Sem dúvida, o maior erro foi ter procurado mobilizar a população, organização e lideranças das favelas com o intuito de controlá-las, discipliná-las, subalternizá-las, fragilizá-las frente às ameaças de desforra pelos traficantes e milicianos. O começo de um novo programa que repete os mesmos erros mostra que os políticos não aprendem com os erros das políticas públicas. Mas o mesmo não se pode dizer da população das favelas, cuja frustração com os pífios resultados das UPPs tem sido um combustível para aumentar a consciência em relação às suas demandas.

¹ Esta é uma versão reduzida de um artigo publicado originalmente no site Outras Palavras, em 24/01/2022.

1

A implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) como parte da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, a partir de 2009, pretendeu apresentar em seu escopo um componente de mobilização social, promoção do desenvolvimento local, redução das desigualdades sociais e ampliação dos direitos da cidadania por meio dos programas UPP Social e Territórios da Paz. Mesmo sendo uma política pública fortemente vinculada aos interesses empresariais, a inclusão da participação social como cerne da proposta de segurança pública singularizou essa política.

Compreender a participação requer, primeiramente, o exercício de definir um conceito tão fluido, frequentemente nominado como participação social, popular ou cidadã. Ainda que a noção de participação seja constitutiva da teoria democrática, seu significado varia grandemente, o que dá lugar a diferentes traduções institucionais. Estas variações, ao longo do tempo e do espaço, dão forma à arquitetura da participação em cada país. Para a análise das políticas públicas assumimos que a participação trata da relação entre Estado e sociedade civil, corporificada em estruturas institucionais que permitem a interação entre agentes governamentais e usuários, individualmente ou como membros de organizações da sociedade civil. As instituições participativas são canais ou espaços criados com esse intuito, mobilizados pelo poder público ou pela sociedade civil, nos quais as variações na participação dependem de inúmeros outros fatores. Fundamentalmente, o que diferencia os vários tipos de participação é sua posição em relação ao eixo que vai da manipulação ao compartilhamento do poder.

A articulação de diferentes atores, públicos e privados surgiu naquele contexto como imprescindível ao aumento da efetividade e da eficácia da ação das UPPs. Por isso, a política de pacificação envolveu um componente de articulação interinstitucional com participação

de distintos atores governamentais e não governamentais, e outro componente que se referiu à ampla mobilização de moradores e setores empresariais e filantrópicos, vistos como prioritários para o sucesso do programa. O grande apoio dos meios de comunicação às ações do programa e o envolvimento de atores da elite empresarial e intelectual também foram um traço distintivo dessa política.

A implantação das UPPs nos territórios foi seguida de um conjunto de transformações urbanas e habitacionais, financiadas em convênios do governo estadual com o governo federal (como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das Favelas). Outros programas dos governos regional e local também se dedicaram à melhoria da infraestrutura nas favelas, sendo responsáveis pelas melhorias habitacionais, de saneamento básico e da mobilidade, com a abertura de ruas, pavimentação, construção de teleféricos e bondinhos – boa parte destas ações também adotaram estratégias de participação. É muito frequente encontrarmos, no campo das políticas sociais, esse efeito de metástase institucional, onde a duplicação de funções em cascata revela fragilidades e baixa prioridade, apesar de ser apregoado justamente o contrário, como justificativa para a institucionalização de programas superpostos.

Contudo, do ponto de vista das populações atendidas pelas UPPs, evidências empíricas em diferentes comunidades indicam uma diversidade de significados atribuídos à participação, bem como a coexistência de contradições entre o modelo preconizado de governança participativa e sua subordinação a um processo de militarização da participação popular.

Participação: múltiplos significados, poucos poderes

Observaram-se diferentes modos de participação nesse processo, seja como **aproximação, negociação constante, enfrentamento direto e construção de vínculos afetivos e interpessoais**, entre outros

formatos. O repertório de interações possíveis entre agentes públicos e moradores é variado, incluindo o **controle e coerção, convencimento e transmissão de normas de boa conduta, passando por alianças e identificações entre gestores sociais e grupos comunitários**. Esses últimos, por sua vez, assumem múltiplas estratégias que **envolvem ações de resistência, adesão, clientela, barganha, legitimação**, entre outras formas de adequação ao novo quadro institucional inaugurado pela política de pacificação.

O que esperar das UPP recauchutadas lançadas pelo Governo do Estado em ano eleitoral de forma experimental em dois territórios? Enquanto as lideranças locais reclamam que não foram ouvidas, moradores denunciam a violência policial com prisões arbitrárias, invasões de domicílios e furtos por parte de policiais. Como acreditar que desta vez será uma participação à vera?

MOBILIZAÇÕES



Imagem: Alcimar Batista

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento do covid-19. Um delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute mobilizações sociais de favelas e periferias pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, André Lima, do Conselho Comunitário de Manguinhos, relata como foi o primeiro encontro presencial do Fórum Favela Universidade após o surgimento da Covid-19 e os obstáculos enfrentados pela população favelada para acessar o ensino superior.

LUGAR DE FAVELADO É ONDE ELE QUISER, INCLUSIVE NA UNIVERSIDADE

Por **André Lima**, Conselho Comunitário de Manguinhos



Imagem: André Lima

No sábado, dia 19 de março de 2022, no Museu da Maré, tivemos o primeiro encontro presencial do Fórum Favela Universidade (FFU) após o surgimento pandêmico da Covid-19. A necessidade de distanciamento social impactou diretamente na programação planejada para o ano de 2020, o que em determinado momento obrigou-nos a recorrer aos meios virtuais para realizarmos nossos encontros.

A ampliação da vacinação, a queda no número de casos, a cautelar reabertura das atividades sociais - recomendada pelos experts - subsidiaram a retomada presencial de forma responsável.

Imagem: André Lima



Como forma de realinhar os debates e ações para o ano de 2022, optou-se pelo mesmo tema e local do 1º Encontro Favelados Universitários, ocorrido em dezembro de 2018, que é visto na memória de seus participantes como um marco importante na história do FFU.

Algumas questões presentes no encontro de 2018 ainda permeiam o debate em 2022, instigando os participantes a um rico processo de reflexão em direção à construção de propostas e alinhamento das ações. A primeira destas questões reside no âmbito das dificuldades materiais e simbólicas do acesso e permanência do estudante, morador de favela, na universidade pública. Neste sentido, cabe referências às falas de alguns docentes presentes que manifestaram preocupações com relação ao Novo Ensino Médio, indicando tal política como algo danoso à educação pública, inclusive, como obstáculo ao acesso ao ensino superior. Ainda sobre esta questão, os presentes – de forma unânime – reafirmaram a importância da política de cotas no acesso ao ensino superior público, e mais, indicaram a necessidade de ampliação da mesma.

Uma segunda questão, tem relação com um certo processo de apagamento da rica produção científica dos pesquisadores de origem popular nas favelas. Isso reforça a importância da realização neste ano de 2022 da 2ª Jornada Científica Favelades Universitárias. Atravessando todas as questões, identificado em muitas falas é a questão do racismo. Muitos denunciaram a ausência de professores pretos nas Universidades, bem como da predominância de autores brancos das bibliografias utilizadas em sala de aula, ainda que existam importantes trabalhos publicados por autores pretos. Ainda na questão racial, o aspecto socioeconômico da produção dos espaços urbanos na cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana revela-nos a recorrente prática de racismo ambiental, que impacta diretamente nas condições de vida, e por conseguinte, nas condições de estudo dos estudantes residentes em favelas e periferias.

Outra questão relevante presente nas falas do encontro de sábado, é a existência de narrativas embasadas na noção da falaciosa meritocracia e dos empreendedorismos, que contribuem, dentre outras coisas, para tirar a responsabilidade do Estado em garantir os direitos nomeados na Carta Constitucional: saúde, educação, habitação, etc.

Tais processos, produzidos socioeconomicamente para dificultar, e até impedir, que jovens periféricos acessem o ensino superior, trazem consequências danosas – no limite – à toda sociedade, mas agudizadas nas vidas dos moradores de favelas e periferias! Isso nos indigna, e a você? Também? Então, venha somar conosco no próximo encontro do Fórum Favela Universidade!

(<https://www.instagram.com/forumfavelauniversidade/>)

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

André Lima

Day Medeiros

Elaine Marcelina

Fábio Monteiro

Felipe Eugênio

Joyce Soares

Juliana Kabad

Mariane Martins

Paloma Nunes

Rejany Ferreira dos Santos

Sônia Fleury

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Conselho Comunitário de Manguinhos

Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial

Teia de Solidariedade Zona Oeste

Revisão

Fábio Araújo

Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico

Mariane Martins

Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz